

GT 17. Religiones, Salud Reproductiva y Derechos

Coordinadores: Ana Lucía Olmos Álvarez (CONICET - UNDAV), Lilian María Pinto Sales (UNIFESP)

- **SESIÓN 1. Martes 23 de 15:00 a 17:30 hs. Salón 211 Edificio Central**

1. ***Barreiras religiosas no acesso a direitos reprodutivos: o caso da objeção de consciência no Brasil***

Maria do Rosado Nunes – (EHESS), Ana Trigo – (PUC São Paulo), Tábata Tesser – (USP)

Resumen

Esta comunicação tem por objetivo apresentar a primeira etapa da pesquisa coletiva “Objeção de Consciência e Conservadorismos Religiosos”, desenvolvida pelo Grupo Gênero, Política e Religião, vinculado ao Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) da UNICAMP, SP. A pesquisa tem como objeto analisar a influência dos valores religiosos no acionamento do dispositivo jurídico da Objeção de Consciência nos serviços de saúde da mulher. O direito à objeção de consciência está garantido na Constituição Federal brasileira. No entanto, não há protocolos para sua aplicação. A hipótese é que a moral religiosa seja a principal justificativa para que profissionais de saúde se declarem objetores e se recusem a realizar procedimentos como o aborto legal, entre outros. Nesta primeira etapa, realizamos o “estado da arte” a partir do levantamento bibliográfico e pesquisas empíricas. No Brasil, historicamente, grupos religiosos e conservadores têm ditado as regras políticas no Executivo e Legislativo. Com a chegada de Jair Bolsonaro à presidência da República, em 2019, a agenda antigênero ganhou protagonismo. Mas, a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva parece não ter minado a influência e a ação de tais grupos. Sendo assim, optamos por analisar também as reportagens e casos de grande repercussão veiculados na imprensa envolvendo as dificuldades de acesso de meninas e mulheres vítimas de violência sexual aos serviços de saúde.

2. ***O Ativismo Católico em operação: O enfrentamentos ao gênero e à pluralidade da Sociedade Brasileira***

Lilian Sales – (Universidade Federal de São Paulo)

Resumen

Nesta apresentação nos deteremos nas novas características adquiridas pelo ativismo católico antiaborto e antigênero no Brasil nos últimos cinco anos, acompanhado pela formação e atuação de grupos católicos que se reconhecem como conservadores e tradicionalistas. O ponto de partida da investigação foi o exame de algumas cenas nos quais observamos esse ativismo em operação em manifestações públicas e campanhas antiaborto e antigênero. Iniciamos a observação destas manifestações no ano de 2018, e prosseguimos até 2022, inclusive durante o período pandêmico, nos quais nos detivemos na análise das publicações on-line. Como resultado, identificamos duas características deste novo ativismo, que se diferenciam do ativismo anterior: a incorporação de elementos simbólicos e rituais da Igreja Católica no enfrentamento público ao posicionamento pela descriminalização do aborto e dos direitos sexuais e

reprodutivos e a adoção de atitudes de combate e enfrentamento aos grupos antagonistas, representados por movimentos da sociedade civil, especialmente aqueles defensores dos direitos relacionados ao gênero e à reprodução da vida. Esse ativismo católico mobiliza referenciais de um modelo de Igreja anteriores ao Concílio Vaticano II, contrapondo-se aos ideais de liberdade e pluralidade religiosa e, de maneira mais ampla, ao secularismo. Trata-se de um ativismo ostensivamente católico e radicalmente antipluralidade.

3. A ofensiva neoconservadora aos direitos reprodutivos e ao aborto no Brasil após o impeachment de Dilma Rouseff

Rulian Emmerick – (UFRRJ), Kleusa Ribeiro Barbosa – (UFRRJ)

Resumen

A regulação jurídica dos direitos sexuais e reprodutivos ganhou relevância nas últimas décadas no Brasil, ampliando o debate sobre a descriminalização do aborto e os direitos humanos das mulheres, mas encontrou forte reação dos mais diferentes atores conservadores e religiosos no Parlamento brasileiro, cujo objetivo é impedir avanços na promulgação de leis menos restritivas ao aborto e a aprovação de leis que visam criminalizar a prática. O cenário se agrava de forma significativa a partir de agosto de 2016, quando a Presidente Dilma Rousseff sofre o impeachment e piora a partir de setembro de 2016, quando o Michel Temer assume a Presidência da República, sendo sucedido, em 01/01/2018, pelo Presidente Jair Bolsonaro, com o consequente desmonte das políticas públicas garantidoras de direitos humanos e uma ofensiva institucional contra os direitos sexuais e reprodutivos, com amplo apoio dos segmentos religiosos, principalmente os evangélicos. Desta forma, no presente trabalho fizemos uma pesquisa quantitativa e qualitativa das proposições legislativas no período de setembro de 2016 a dezembro de 2022: fizemos o levantamento do número de proposições e, em seguida, analisamos os argumentos jurídicos e as estratégias políticas utilizadas pelos parlamentares conservadores objetivando retroceder na regulação jurídica do direito ao aborto no Brasil.

4. La regulación del embrión in vitro en la provincia de Córdoba: estrategias, perspectivas y creencias

María Cecilia Johnson - (Universidad de Córdoba)

Resumen

El presente trabajo se vincula al desarrollo de la política pública sobre reproducción asistida en Argentina, particularmente el tratamiento del embrión in vitro en la Provincia de Córdoba. Si bien se reconocen avances en el reconocimiento de derechos reproductivos en este campo, aún persisten vacíos regulatorios vinculados al embrión in vitro. Este vacío regulatorio moviliza a una diversidad de actores sociales, incluyendo clínicas reproductivas, comunidad científica, comités de expertos, operadores jurídicos y personas usuarias interesadas en la definición de una política. Particularmente, el presente trabajo se centra en la manera en que expertos médicos y no médicos intervienen en el campo TRHA. Particularmente se centra en las interpretaciones, prácticas y estrategias en torno al embrión en un escenario de

inseguridad jurídica.

El trabajo tiene como objetivo explorar la manera en que expertxs del campo resuelven las controversias sobre embriones in vitro donde se intersectan creencias religiosas, construcciones sobre la familia y el parentesco y marcos institucionales y jurídicos. Particularmente el estudio se sitúa en las estrategias particulares que se presentan en la Provincia de Córdoba para su resolución. Este trabajo retoma fuentes orales que fueron complementadas con el análisis de fuentes documentales, recuperando fuentes de sentencias y analizando medios de comunicación.

● **SESIÓN 2. Miércoles 24 de 11:30 a 13:00 hs. Salón 211 Edificio Central**

1. Redimir la tecnología. Evangélicos en el debate bioético

Melisa Sánchez - (IDEJUS CONICET y UNC)

Resumen

En el marco del proyecto Sciences & Beliefs in Reproductive Medicine: trajectories, perspectives, and articulations among ART experts and users in the biomedical field in Argentina (2023/2024), se ha indagado en torno a las experiencias de usuarias y efectores de THRA y su vinculación con las creencias religiosas. Comencé a indagar sobre los posicionamientos de los sectores evangélicos ante la implementación de las THRA adentrándome en sitios web oficiales de organizaciones basadas en la fe, entidades que nuclean a las iglesias evangélicas, pastores de referencia, medios de comunicación evangélicos. No abundan las publicaciones en referencia a la temática. El silencio puede ser parte de una estrategia para las personas creyentes (tanto usuarios como efectores) a un moverse en un margen de acción más amplio, habilitando las interpretaciones individuales de los aspectos espirituales y morales que podrían tensionarse. Sin embargo, existen espacios de formación, diálogo y articulación entre ciencia y creencia como son las Jornadas de Bioética celebradas en Madrid en 2022 que pueden arrojar puntas de reflexión en torno a los posicionamientos de estos sectores sobre las THRA. Para este trabajo analizaré principalmente cuatro publicaciones de la plataforma de noticias "Protestante digital" realizadas en el marco de dichas jornadas, en articulación con otras publicaciones de la misma plataforma que dialogan con las temáticas planteadas, todas realizadas durante 2023

2. Disputas Digitais sobre Direitos Reprodutivos: Uma Etnografia das Redes Feministas e Antifeministas no Instagram

Olivia Alves Barbosa – (Universidade de São Paulo)

Resumen

Este estudio presenta una etnografía digital de duas redes distintas no Instagram, uma feminista e outra antifeminista, realizada ao longo de três anos, explorando as dinâmicas em torno dos direitos reprodutivos. Analisaremos as disputas relacionadas ao aborto, com foco principal nas polêmicas públicas que ocorreram no Brasil, como o direito ao aborto de meninas estupradas e o projeto de lei conhecido como Estatuto do Nascituro. Por meio da observação participante online e da análise de conteúdo, investigamos como essas redes de ativistas online articulam discursos jurídicos e religiosas em torno dos

direitos sexuais e reprodutivos. Observamos a utilização de termos e a forma do discurso no espaço público digital, examinando como as representações produzidas (como as da humanidade do feto e da mulher) influenciam a percepção e discussão dos direitos reprodutivos. Além disso, analisamos como ambas as redes utilizam a linguagem dos direitos humanos para defender seus pontos de vista, destacando a retórica e os argumentos empregados para legitimar suas posições. Este estudo busca contribuir para a compreensão da construção e difusão de discursos sobre direitos reprodutivos no ciberespaço. Destacamos a importância de analisar as dinâmicas digitais como espaços de contestação e negociação de significados, refletindo sobre o papel das redes feministas e antifeministas na esfera pública e na definição da agenda política em relação a essas questões.

3. Creencias, perspectivas y dilemas éticos sobre embriones humanos entre las usuarias de Técnicas de Reproducción Humana Asistida (TRA) en Argentina

Ana Lucía Olmos Alvarez - (CONICET, UNDAV)

Resumen

Esta comunicación explora la cuestión de los embriones humanos en el escenario argentino contemporáneo, particularmente a partir de las percepciones y las representaciones de las personas usuarias de técnicas de reproducción asistida (TRHA). Partimos de entender que los marcos socio-históricos, legales y religiosos, los imaginarios familiares y la experiencia biográfica son centrales en la configuración de estas percepciones y representaciones.

En primer lugar, se presentan las motivaciones y decisiones de recurrir a las TRHA; luego, algunas consideraciones ontológicas sobre el embrión para avanzar luego hacia el análisis de las posibles tensiones éticas relativas a la gestión de embriones (criopreservación, donación, destrucción) y algunas estrategias de resolución desplegadas por las usuarias de TRHA.

Los datos presentados en esta comunicación provienen tanto de dos encuestas nacionales cuantitativas como de entrevistas cualitativas desarrolladas en el marco de los proyectos: Ciencia y catolicismo. Perspectivas y Circuitos de Diálogo entre la Europa Contemporánea y Argentina en Seis Áreas Científicas y Ciencias & Creencias en Medicina Reproductiva: trayectorias, perspectivas y articulaciones entre expertos y usuarios de TRHA en el campo biomédico en Argentina; ambos financiados por The International Scientific Network for the Study of Science and Belief in Society-Universidad de Birmingham y Fundación Templeton